



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

**SUPRAM NOROESTE DE MINAS - Diretoria Regional de Regularização Ambiental**

**Parecer nº 29/SEMAD/SUPRAM NOROESTE-DRRA/2023**

**PROCESSO Nº 1370.01.0032157/2022-81**

<b>Adendo ao Parecer Único nº 3282/2022 (SLA)</b>			
<b>Nº Documento do Parecer Único vinculado ao SEI: 71039458</b>			
<b>Processo SLA nº: 3282/2022</b>		<b>SITUAÇÃO:</b> Sugestão pelo Deferimento	
<b>EMPREENDEDOR:</b>	Celito Gentil Passinato	<b>CNPJ:</b>	219.360.640-49
<b>EMPREENDIMENTO:</b>	Fazenda São Vicente ou Santa Tereza, Fazenda Colorado, Fazenda Cabeceira e Fazenda Promissão	<b>CNPJ:</b>	219.360.640-49
<b>MUNICÍPIO(S):</b>	Buritit / MG	<b>ZONA:</b>	Rural
<b>CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:</b>			
1. Supressão de vegetação nativa, exceto árvores isoladas.			
<b>CÓDIGO:</b>	<b>ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/17):</b>	<b>CLASSE</b>	<b>CRITÉRIO LOCACIONAL</b>
G-01-03-1	Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura	4	1
G-05-02-0	Barragem de irrigação ou de perenização para agricultura		
G-04-01-4	Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, despulpamento, descascamento, classificação e/ou tratamento de sementes		
G-02-07-0	Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo		
<b>CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:</b>		<b>REGISTRO:</b>	
Saga Agro-Ambiental Eirelli – ME Deyver Daniel Prates Martins - Engº Agrônomo Terra Viva Consultoria Ambiental e Projetos Vitor Hugo Apolinário de Matos - Engº Agrônomo		CREA/ MG 174.415-D  CREA/ MG 129.211-D	
<b>AUTORIA DO PARECER</b>		<b>MATRÍCULA</b>	<b>ASSINATURA</b>
Paula Agda Lacerda Marques Gestora Ambiental		1332576-6	Assinado eletronicamente
Ledi Maria Gatto Analista ambiental		365.472-0	Assinado eletronicamente

Rafael Vilela de Moura Gestor Ambiental	1364162-6	Assinado eletronicamente
De acordo: Larissa Medeiros Arruda Diretora Regional de Regularização Ambiental	1332202-9	Assinado eletronicamente
De acordo: Rodrigo Teixeira de Oliveira Diretor Regional de Controle Processual	1138311-4	Assinado eletronicamente



Documento assinado eletronicamente por **Paula Agda Lacerda da Silva, Servidor(a) Público(a)**, em 07/08/2023, às 11:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Larissa Medeiros Arruda, Diretor (a)**, em 07/08/2023, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ledi Maria Gatto Oppelt, Servidor(a) Público(a)**, em 07/08/2023, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Teixeira de Oliveira, Diretor (a)**, em 08/08/2023, às 08:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Vilela de Moura, Servidor(a) Público(a)**, em 08/08/2023, às 08:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **71039072** e o código CRC **6BE60F67**.



**ADENDO AO PARECER ÚNICO N° 3282/2022 (SLA)**

<b>INDEXADO AO PROCESSO</b>		<b>PROCESSO SLA</b>		<b>SITUAÇÃO</b>	
Licenciamento Ambiental		3282/2022		Sugestão pelo Deferimento	
<b>FASE DO LICENCIAMENTO:</b>		Licença de Operação Corretiva – LOC		<b>VALIDADE DA LICENÇA:</b> 06 anos	
<b>EMPREENDEDOR:</b>		Celito Gentil Passinato		<b>CPF:</b>	219.360.640-49
<b>EMPREENDIMENTO:</b>		Fazenda São Vicente ou Santa Tereza, Fazenda Colorado, Fazenda Cabeceira e Fazenda Promissão		<b>CPF:</b>	219.360.640-49
<b>MUNICÍPIO:</b>		Buritis / MG		<b>ZONA:</b>	Rural
<b>COORDENADAS GEOGRÁFICA (DATUM):</b> LAT/Y 15°21'26.42"S LONG/X 46°38'43.63"O					
<b>LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:</b>					
<input type="checkbox"/> INTEGRAL	<input type="checkbox"/> ZONA DE AMORTECIMENTO	<input type="checkbox"/> USO SUSTENTÁVEL	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO		
<b>BACIA FEDERAL:</b> Rio São Francisco		<b>BACIA ESTADUAL:</b> Rio Urucuia			
<b>UPGRH:</b> SF8		<b>SUB-BACIA:</b> São Domingos e Alto Urucuia			
<b>CRITÉRIO LOCACIONAL:</b>					
• Supressão de vegetação nativa, exceto árvores isoladas.					
<b>CÓDIGO:</b>	<b>ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):</b>			<b>CLASSE</b>	<b>CRITÉRIO LOCACIONAL</b>
G-01-03-1	Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura			4	1
G-05-02-0	Barragem de irrigação ou de perenização para agricultura			NP	
G-04-01-4	Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, despulpamento, descascamento, classificação e/ou tratamento de sementes			NP	
G-02-07-0	Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo			NP	
<b>CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:</b>				<b>REGISTRO:</b>	
Saga Agro-Ambiental Eirelli – ME Deyver Daniel Prates Martins - Engº Agrônomo Terra Viva Consultoria Ambiental e Projetos Vitor Hugo Apolinário de Matos - Engº Agrônomo				CREA/ MG 174.415-D CREA/ MG 129.211-D	
<b>AUTO DE FISCALIZAÇÃO:</b>				<b>DATA:</b>	
<b>EQUIPE INTERDISCIPLINAR</b>		<b>MAASP</b>		<b>ASSINATURA</b>	
Paula Agda Lacerda Marques Gestora Ambiental		1332576-6		Assinado eletronicamente	
Ledi Maria Gatto Analista ambiental		365.472-0		Assinado eletronicamente	
Rafael Vilela de Moura Gestor Ambiental		1364162-6		Assinado eletronicamente	
De acordo: Larissa Medeiros Arruda Diretora Regional de Regularização Ambiental		1332202-9		Assinado eletronicamente	
De acordo: Rodrigo Teixeira de Oliveira Diretor Regional de Controle Processual		1138311-4		Assinado eletronicamente	



## 1. Introdução

O empreendimento Fazenda São Vicente ou Santa Tereza, Fazenda Colorado, Fazenda Cabeceira e Fazenda Promissão / Celito Gentil Passinato atua no setor agrossilvipastoril, exercendo suas atividades no município de Buritis/MG. Em 01/09/2022, foi formalizado na SUPRAM Noroeste de Minas, o processo administrativo de licenciamento ambiental nº 3282/2022, na fase de Licença de Operação Corretiva (LOC).

O Parecer Único nº 3282/2023 foi apreciado na 78ª Reunião Ordinária da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris no dia 26/07/2023, tendo sido aprovada a referida licença ambiental com 12 condicionantes.

Posteriormente à concessão da licença, constatou-se que no respectivo Parecer Único não foi contemplada a Compensação Ambiental prevista no art. 36, da Lei Federal nº 9.985/2000, conhecida por Lei do SNUC, apesar de se tratar de empreendimento agrossilvipastoril com mais de 1000 hectares de área útil.

Desta forma, considerando o princípio da Autotutela Administrativa, e com fundamento no art. 64, da Lei Estadual nº 14.184/2002, foi elaborado o presente Adendo ao Parecer Único nº 3282/2023, para o devido cumprimento à legislação ambiental.

## 2. Discussão

O instrumento de política pública que intervém junto aos agentes econômicos para a incorporação dos custos sociais da degradação ambiental e da utilização dos recursos naturais dos empreendimentos licenciados em benefício da proteção da biodiversidade denomina-se Compensação Ambiental, prevista no art. 36, da Lei Federal nº 9.985/2000, conhecida por Lei do SNUC:

*“Art. 36 Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerados pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório – EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei”.*

Segundo o Decreto Estadual nº 46.953/2016, a competência para fixação da compensação ambiental é da Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas do COPAM, cujo órgão técnico de assessoramento é o Instituto Estadual de Florestas – IEF.



Segundo a Resolução CONAMA nº 01/1986 e de acordo com o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ambiental apresentados e o exposto neste Parecer Único, concluímos que a atividade em questão é considerada de significativo impacto ambiental, havendo, assim, a obrigatoriedade de se realizar a compensação ambiental. Por tal motivo, sugerimos a inclusão das seguintes condicionantes, ouvida a Câmara de Atividades Agrossilvipastoris – CAP:

<b>13</b>	Formalizar, perante a Gerência de Compensação Ambiental do IEF, no prazo máximo de 120 dias, após a publicação da decisão referente ao presente adendo, processo de compensação ambiental, conforme procedimentos estipulados pela Portaria IEF nº 55, de 23 de abril de 2012.	120 dias
<b>14</b>	Apresentar cópia do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA – firmado perante o IEF, em conformidade com a Lei nº 9.985/2000, nos termos da Portaria IEF nº 55, de 23 de abril de 2012.	30 dias após a assinatura junto à Gerência de Compensação Ambiental do IEF